

Sinpro aciona FEDF e realiza ato

Sheyla Leal

TAÍS BRAGA

O Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF) entrou ontem, na Divisão de Matérias Criminais do Tribunal de Justiça do DF, com uma ação de "Notícia Crime" contra a Fundação Educacional do DF por ter cobrado o imposto sobre os 70% dos salários de dezembro e de janeiro, antes mesmo destes valores serem creditados nas contas dos servidores. Contra o atraso no pagamento dos salários e das férias, os professores realizarão um ato público hoje, às 9h30, em frente ao Palácio do Buriti.

O Sinpro quer que a Justiça apure os fatos e puna os responsáveis. "Não dá para entender como o governo pode cobrar imposto de algo que ainda não foi pago", disse Lúcia Ivanov, do Sinpro-DF. "Entramos com a ação pois queremos evitar que o pagamento de janeiro venha com outra cobrança indevida de imposto".

Segundo a diretora do sindicato, Anette Lobato Maia, o não pagamento das férias prejudicou a maioria dos professores, principalmente os que não estão na cidade, porque contavam com um pagamento que não foi efetuado. Resultado: muitos cheques pré-datados estão sendo devolvidos. Por isso, o sindicato vai orientar os professores para que entrem com ações individuais de perdas e danos contra o GDF. O chefe da divisão do TJDF, Emanuel Paulo da Silva, disse que o documento será examinado assim que o recesso forense esteja concluído, em 31 de janeiro.

Imposto de Renda - Após a entre-



Anette Lobato entrega no TJDF a queixa contra a Fundação e diz que professor em férias foi prejudicado

ga da ação, os diretores do sindicato foram à Fundação Educacional requisitar formalmente a restituição do Imposto de Renda cobrado a mais. Ou seja, os professores querem receber de volta o valor do imposto cobrado pelos 70% do salário de janeiro que ainda não foi pago. "A área federal informou que o repasse para o adiantamento do salário e para pagar o que está fal-

tando das férias sairá esta semana ainda, mas estamos duvidando disso", disse Lúcia Ivanov.

Segundo a diretora do Sinpro-DF, Laura Gonçalves, o delegado substituto da Receita Federal, Antônio Soares, garantiu que o dinheiro não é repassado para a área federal. Fica num fundo de participação do DF. "Sabendo disso, queremos o extorno imediato

para as contas dos professores", disse a diretora do Sinpro. Os professores queixam-se da demora na entrega dos contracheques. Segundo Anette Maia, há um acordo entre a FEDF e o Sinpro que prevê a entrega dos comprovantes de pagamento com cinco dias de antecedência em relação à data de pagamento. Hoje, eles são entregues 20 dias após o pagamento.